



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
PALÁCIO JOÃO GOULART
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E PROJETOS-SMPOP

JUSTIFICATIVA DA NÃO APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06,
ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2024

A Prefeitura Municipal de São Borja, no exercício de suas funções, com o objetivo de demonstrar que a aplicação dos benefícios materiais previstos nos arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, podem ser dispensados pelo responsável pela licitação.

A redação do art. 47, da Lei Complementar nº 123/06 estabelece um dever de prioridade, ou seja, nos certames públicos deflagrados há de se dar preferência à contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, independentemente de qualquer legislação específica editada pelo ente licitante.

A Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, elencou no art. 49, algumas hipóteses que, se presentes no caso concreto, dispensam ou eximem a autoridade responsável pela licitação de aplicar os benefícios materiais previstos nos arts. 47 e 48. Desse modo, em conformidade com o art. 49, não se aplica os benefícios quando:

- a)** não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
- b)** o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; ou,
- c)** a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incs. I e II, do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inc. I, do art. 48.

Nesse contexto, por tratar-se da aquisição de 60 (sessenta) passagens intermunicipais, com seguro, para Porto Alegre/RS e 05 (cinco) passagens intermunicipais, com seguro, para Santa Maria/RS, a Administração no uso de suas atribuições legais, resolve pela não aplicabilidade dos arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123, de 2006, para esse edital específico, por não dispor de fornecedores competitivos enquadrados como microempresa e empresa de pequeno porte sediados local e regionalmente, e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, resguardando-se de um procedimento com restrição a ampla concorrência. Em anexo, os documentos com a consulta cadastral, junto a Receita Federal, das empresas Planalto



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
PALÁCIO JOÃO GOULART
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E PROJETOS-SMPOP

Transporte Ltda, Viação Ouro e Prata SA e Real Transporte e Turismo SA, que fornecem o objeto da licitação.

Com efeito, compreende-se que quanto maior o número de participantes no certame, melhor será a possibilidade da aquisição das passagens intermunicipais de São Borja a Santa Maria, e de São Borja a Porto Alegre por um menor preço, o que evitaria um possível prejuízo à Administração ao restar itens desertos em futura licitação, pela incapacidade de fornecimento dos mesmos. Deve-se ressaltar que as passagens visam atender as demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, através do projeto Plantão Social, e serão destinadas aos munícipes hipossuficientes que precisam se deslocar aos referidos locais a fim de realizar consultas e procedimentos médicos.

São Borja, 10 de abril de 2024.

Caroline Cogo Contreira,
Secretária Municipal de Planejamento Orçamentos e Projetos
Decreto nº 19.603/2022